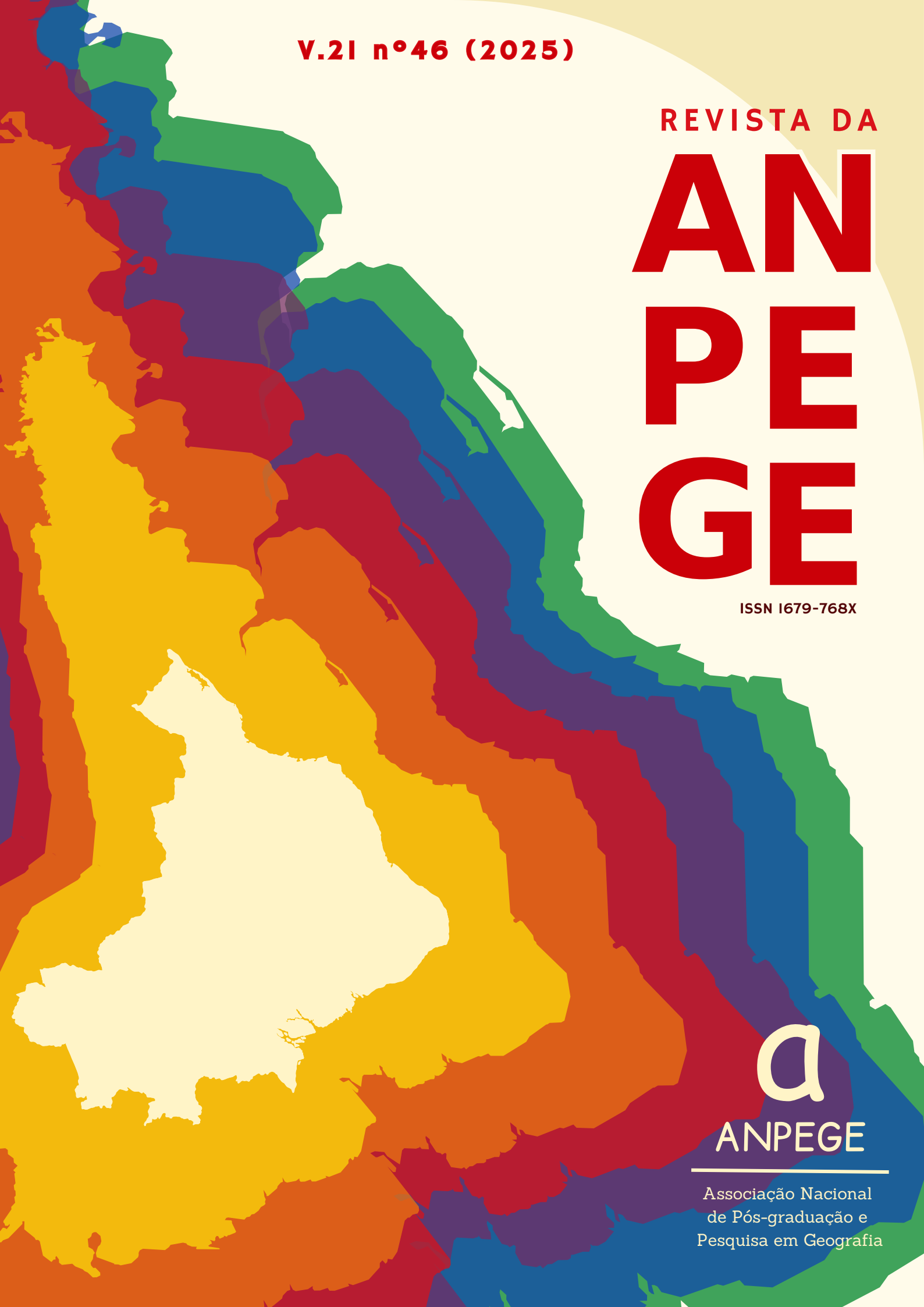
V.21 nº46 (2025)

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X



ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia

REVISTA DA
ANPEGE



ENTREVISTA

Entrevista com o Professor Sérgio Claudino: ensino, pesquisa e extensão em Geografia a partir do contexto português

Interview with Professor Sérgio Claudino: teaching, research and outreach in Geography from a Portuguese context.

Entrevista al profesor Sérgio Claudino: enseñanza, investigación y divulgación en Geografía desde un contexto portugués.

DOI: 10.5418/ra2025.v21i46.20497

ÉLITON PAULO NOVAIS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA
Universidade Estadual de Montes Claros

SONARA DA SILVA DE SOUZA
Universidade de São Paulo

V.21 n°46 (2025)
e-issn : 1679-768X

RESUMO: Entrevista com o Professor Doutor Sergio Claudino, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, recentemente aposentado. Na oportunidade, ressalta o conceito de cidadania territorial, narra sobre sua formação no ensino básico e secundário dentro do cenário português, bem como apresenta sua trajetória, desafios, expectativas e contribuições para o ensino, pesquisa e extensão a partir do ensino de Geografia em Portugal, Brasil e outros contextos de atuação e cooperação internacional.

Palavras-chave: geografia; ensino de geografia; pesquisa; cidadania territorial; formação docente.

ABSTRACT: Interview with Doctor Teatcher Sergio Claudino, from the Institute of Geography and Spatial Planning at the University of Lisbon, recently retired. He highlights the concept of territorial citizenship, discusses his training in primary and secondary education within the Portuguese context, and presents his trajectory, challenges, expectations, and contributions to teaching, research, and extension through geography education in Portugal, Brazil, and other contexts of international cooperation and action.

Keywords: geography; geography education; research; territorial citizenship; teacher training.

RESUMEN: Entrevista con el profesor doctor Sergio Claudino, del Instituto de Geografía y Ordenación del Territorio de la Universidad de Lisboa, recientemente jubilado. Destaca el concepto de ciudadanía territorial, analiza su formación en educación primaria y secundaria en el contexto portugués y presenta su trayectoria, retos, expectativas y contribuciones a la docencia, la investigación y la extensión a través de la enseñanza de la geografía en Portugal, Brasil y otros contextos de cooperación y acción internacional.

Palabras clave: geografía; enseñanza de la geografía; investigación; ciudadanía territorial; formación del profesorado.

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Sérgio Claudino Loureiro Nunes é licenciado em Geografia pela Universidade de Lisboa (1981), mestre em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local (1992) e doutor em Geografia Humana (2002), todos os títulos obtidos na Universidade de Lisboa. Recentemente reformado pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL), sua trajetória acadêmica tem sido marcada por uma atuação destacada no campo da Educação Geográfica. Foi coordenador do Mestrado em Ensino de Geografia da Universidade de Lisboa e do Centro de Formação de Professores do IGOT-UL. Além disso, atua como Investigador Integrado ao Centro de Estudos Geográficos (CEG/IGOT-UL) e compõe a Direção do GEOFORO – Foro Iberoamericano de Educación, Geografía y Sociedad, reforçando sua inserção em redes internacionais de cooperação acadêmica[1].

Destaca-se como o idealizador do "Projeto Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica", iniciativa que vem sendo amplamente desenvolvida em Portugal, Espanha, Brasil e outros países, promovendo práticas pedagógicas voltadas à formação cidadã e à intervenção territorial crítica por parte de estudantes do ensino básico e secundário em Portugal, equivalentes aos ensino fundamental e médio no Brasil.

Sua atuação inclui colaborações com diversas universidades, especialmente do Brasil e da Espanha. Possui diversas obras publicadas nas áreas de Ensino de Geografia, Educação Geográfica, formação de professores, ensino experimental e manuais escolares. Tem contribuído para a formação de novos investigadores e educadores nas referidas áreas ao realizar orientações acadêmicas na pós-graduação, seja para o mestrado ou doutorado. Ao longo de sua trajetória, demonstrou comprometimento com a renovação das práticas pedagógicas em Geografia e com a valorização da formação crítica e cidadã dos estudantes. Sua experiência como docente, investigador e coordenador de projetos inovadores oferece diversas reflexões sobre os caminhos da educação geográfica contemporânea.

Esta entrevista, realizada em 29 abril de 2025 no IGOT, na Universidade de Lisboa, é organizada por Gustavo Henrique Cepolini Ferreira, Professor da Universidade Estadual de Montes Claros, Investigador de Pós-doutorado na Universidade Nova de Lisboa e atual Secretário da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Geografia – ANPEGE, Sonara da Silva de Souza, doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo e Éliton Paulo Novais, doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É com esse espírito de diálogo e partilha que iniciamos nossa entrevista, convidando-o a revisitar sua trajetória acadêmica e institucional.

[1] Currículo, disponível em: https://www.cienciavitae.pt/portal/FE1C-ACE6-3A0B

ENTREVISTADORES: A ideia é fazermos algumas perguntas a partir desse marco, que é a sua aposentadoria, sobre sua contribuição para a Geografia portuguesa, luso-brasileira, entre tantas outras. Assim, a questão inicial é saber um pouco como foi essa trajetória, quem é o Sérgio Claudino e por que essa Geografia?

SÉRGIO CLAUDINO: Em primeiro lugar, muito obrigado pela entrevista, é sempre um sinal de simpatia. Eu sou de uma área rural, de uma aldeia, de uma localidade pequena, aqui a norte de Lisboa. E isso tem alguns significados. Meus pais eram comerciantes, portanto, nós tínhamos contato com todas as pessoas da comunidade e tenho que dizer que, a minha mãe tinha em particular sentido de participação comunitária, de inspiração humanista cristã e, portanto, digamos, sempre tive uma vivência em que nós fomos educados com compromisso social, como diz um dos meus irmãos. Por outro lado, morando em uma aldeia, o meu mundo não era propriamente o da aldeia no sentido de fazer tarefas agrícolas etc., era um mundo muito olhando para fora. Começa a aparecer a televisão, recebíamos o jornal e eu penso que isso marcou-me. Esse interesse pelo mundo, que ainda hoje me marca, e, portanto, eu ao longo do dia vou acompanhando as notícias, ajuda a explicar muito depois também o meu interesse pela Geografia. Portanto, a Geografia aparece cedo como uma disciplina que me interessa e quando vou para o Ensino Médio, lembro-me de que um irmão meu, que era um ano mais velho, já comentou ao meu professor de Geografia que o irmão mais novo gostava muito da disciplina. Então, o meu interesse pela Geografia prende-se muito com o meu interesse pelo mundo de um jovem que não apreciava tanto as tarefas agrícolas; os meus pais praticamente não as faziam e, portanto, digamos que as horas que tinha, nas férias, as passava em casa a ver jornais, a ver televisão, a ler livros - e, portanto, o meu interesse pela Geografia vem daí. Depois, eu concorro para o curso de Geografia. Não havia internet. Tive uma dificuldade imensa em saber onde é que era o curso de Geografia. Faço o curso. Eu acho que nos cursos nós aprendemos sempre menos do que aquilo que esperamos e aprendemos sempre mais do que aquilo que pensamos. Eu entrei em 1977/78 no primeiro ano e era bom aluno. A minha vinda e adaptação em Lisboa foi muito difícil. Há uma impessoalidade da cidade que me chocou, apesar de eu já saber que era assim. Era um curso muito rigoroso, muito exigente, em que nós reprovávamos muito. Quando acabei o curso eu tive uma sensação de vazio em termos de dizer “há tanto que eu não conheço”. Depois, eu faço aquilo que toda a gente faz: era já no último ano do curso, concorro e começo a dar aulas numa escola do ensino fundamental e médio.

ENTREVISTADORES: Qual o nome dessa escola, professor?

SÉRGIO CLAUDINO: A Escola Secundária Dona Filipa de Lencastre. É a escola pública hoje com melhores classificações nos rankings de Lisboa, porque é muito central. Eu faço aquilo que era o normal, que era ser professor de Geografia. A minha ida para a Geografia não era completamente

inocente, visto que eu, aos 12 anos, decidi que queria ser professor. Há aqui uma explicação: numa área rural, as pessoas mais interessantes que eu conhecia eram os professores. E eu tive a sorte de ter bons professores. Portanto, eu decidi que queria ser professor. De certa forma, o meu percurso é tipicamente de quem está numa área rural. E de quem tem na escola um referencial de crescimento pessoal. Por outro lado, quando vou para a Geografia, já sabia que havia falta de professores da disciplina. Só no último ano do ensino médio, na altura que equivalia ao segundo ano do ensino médio, é que tive uma professora formada em Geografia.

ENTREVISTADORES: O senhor se recorda do nome dela?

SÉRGIO CLAUDINO: Professora Iolanda. Ela era professora em Angola. Dá-se a descolonização, a independência de Angola, a situação altera-se e ela vem para Portugal. Ela deu até um testemunho de que os exames de Geografia, logo ali em 74, pós-25 de Abril, incidiam só sobre conteúdos de Angola. E aqui, em Portugal Continental, na metrópole, em 1974, só os exames de Geografia tiveram os conteúdos alterados. E era proibido fazer perguntas sobre aquilo que vieram a ser as antigas colônias. Só poderia haver perguntas sobre Portugal continental, Açores e Madeira. Isto também demonstra o forte caráter ideológico da Geografia com o golpe de Estado. Começa-se a falar em revolução quando nós percebemos que é mais profundo do que uma simples mudança de poder, é uma mudança de regime. Eu termino o último ano em 1980/81, já a dar aulas.

ENTREVISTADORES: Tudo na Universidade de Lisboa?

SÉRGIO CLAUDINO: Sim. Depois, eu começo a dar aulas a tempo inteiro. Tive a sensação de que, por confronto com os alunos, eu até sabia algumas coisas de Geografia. Fiquei conciliado comigo próprio. Até porque eu não sabia, mas sabia estudar. Eu estive a lecionar por dois anos. Depois eu fiz aqui o que nós chamamos de "estágio", com a duração de dois anos numa escola em que nós tínhamos, para além das práticas de aulas, de pesquisar para a nossa própria formação e desenvolver diversas atividades de relação com o meio. O modelo de formação não tem nada a ver com o atual. Atualmente, quem forma os professores é o ensino superior e as universidades. Naquela época, a formação de professores de Geografia era na escola. E isto resulta também da relação complicada (na altura, eu não tinha noção, mas hoje tenho alguma investigação), da relação complicada da universidade com a formação de professores. No início do século XX, a universidade formava os professores, mas percebe-se que a universidade não gostava de formar professores e há um fenômeno de passar para as escolas essa formação.

ENTREVISTADORES: Ainda sobre sua trajetória, a continuidade na universidade, o

mestrado, o doutorado, quem orientou, quais são as linhas, as rupturas desse processo?

SÉRGIO CLAUDINO: Quando acabo o curso, como referi, leciono dois anos numa escola e candidato-me ao estágio e faço o estágio muito cedo, para aquilo que era habitual em Portugal. E chego ao topo da carreira, porque, na prática, era depois esperar o envelhecimento. Não havia avaliação nenhuma, que era eu torno-me profissionalizado aos 25 anos, o que era extraordinariamente cedo. Efetivo-me quando acabo o estágio, em 1985, com boas notas, e que foi uma experiência muito interessante. Em 1985, candidato-me e sou colocado aqui numa escola do centro de Lisboa, herdeira do primeiro liceu da capital portuguesa. Uma escola com uma tradição e uma antiguidade muito forte, que eu até senti-me um pouco desconfortável. Eu que me adapto bem, senti que havia uma barreira muito clara entre os professores mais antigos e os professores mais jovens. Os meus colegas não eram efetivos como eu. Eu dava-me naturalmente com aqueles da minha idade. Nesse mesmo ano, eu participo de uma ação de colegas de estágio de outra escola - as escolas eram muito dinamizadas pelos professores que estavam em estágio, tinham a obrigação de o fazer. É me dito por um colega para concorrer a uma escola superior de educação, de onde ele iria sair. As escolas superiores de educação estavam a ser criadas para formar professores para os alunos do primeiro e segundo ciclo do ensino fundamental (básico, em Portugal). Mas Portugal tinha entrado na Comunidade Europeia em 1986 e era urgente formar professores e ter professores profissionalizados como os outros países comunitários. Não era admissível que Portugal tivesse um nível tão baixo de profissionalização dos seus docentes e as escolas superiores de educação, não tanto as universidades, tiveram essa função, de formar professores. Eu vou, então, para a Escola Superior de Educação de Setúbal. É este o meu ingresso no ensino superior. Eu passo a acompanhar professores em estágio. Vou às escolas, acompanho as aulas, tenho sessões de trabalho etc. Mas eu morava em Lisboa, onde tinha comprado uma casa. E deslocar-me para Setúbal não era assim tão fácil. Vejo, nesse ano, um anúncio, não era costume divulgarem no jornal, de uma vaga para professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras. Concorro. Não estavam à espera a Faculdade de Letras que eu concorresse. Mas eu teria algum currículo e entrei, em 1987. Acontece que o governo, precisamente porque queria que os professores portugueses tivessem formação profissional, obrigou, na prática, as universidades, que formavam geógrafos e outros especialistas, a terem, também, formação de professores. Portanto, o Departamento de Geografia da Universidade de Lisboa vai receber um jovem assistente que tem a particularidade de ser professor, ter a experiência de professor efetivo, ter estágio e que estava a trabalhar na formação de professores. Ora, o Departamento ia iniciar, precisamente, a formação de professores e, portanto, logo me disseram que eu iria trabalhar com a formação de professores. Eu não me importei, era, uma área que me interessava. Eu sou, ou era, porque agora me reformei, um fundador da formação de professores da Faculdade de Letras. Ingresso no mestrado em Geografia

Humana e Planejamento Regional e local da própria Faculdade de Letras. O mestrado não tinha nada de ensino. Eu tento, na minha tese de mestrado, abordar o ensino da Geografia e o coordenador do mestrado diz-me que não - o ensino da Geografia não é olhado com a dignidade acadêmica das outras áreas. Assim, numa espécie de compromisso, abordei o impacto regional do ensino superior. Na realidade, eu trabalhei muito e aprendi da própria articulação entre o ensino secundário e o ensino superior, mas não foi sobre o ensino de Geografia Isto hoje seria impossível. Reparem, dizer a uma pessoa que está a trabalhar, que é professor, na universidade de formação de professores de Geografia, não faça investigação nesta área... Depois, eu acabo o mestrado e arranco para o doutoramento. E numa fase inicial dizem-me também que eu teria que fazer o doutoramento na área de Geografia, com exclusão do ensino. Eu devo dizer que aquilo que se passava na Faculdade de Letras, noutras áreas, era o mesmo. Os meus colegas de História, de Línguas, de Filosofia, que estavam na formação de professores, não faziam os seus mestrados e doutoramentos na área de ensino, porque isso era considerado menos nobre do que as outras áreas. Aí há uma professora, a Professora Teresa Barata Salgueiro, que viria a ser a diretora do Departamento de Geografia, primeira presidente do IGOT, que vai falar com o orientador que eu tinha escolhido, o Professor Carlos Alberto Medeiros, no sentido de eu poder trabalhar o ensino de Geografia. Então, o meu doutoramento é sobre a transposição didática da informação científica de base para os livros didáticos, manuais escolares em Portugal. Eu fiz uma investigação de como a informação científica disponível no século XIX português é depois transposta para os livros didáticos. Na realidade, a minha tese de doutoramento é sobre o ensino da Geografia. A primeira pessoa a fazer uma tese de doutoramento no Ensino da Geografia é a professora Manuela Malheiro Dias Ferreira, que a fez na Universidade de Londres. Em Portugal, a primeira tese de ensino da Geografia é a minha, ainda que formalmente na área de Geografia Humana, porque não havia especialidade de ensino. Hoje, naturalmente, já há doutoramentos em Geografia e especialidade em ensino.

Figura 1: Professor Sergio Claudino com a tese – capa restaurada em 2025 - IGOT.



Fonte: GHCF, abr. 2025.

ENTREVISTADORES: O mesmo orientador do mestrado, ele aceitou esse processo?

SÉRGIO CLAUDINO: Foi um orientador diferente ao de mestrado. O orientador de doutoramento foi o professor Carlos Alberto Monteiros e eu agradeço-lhe muito. Ele ia vendo, e eu penso que, no fundo, ele via que as coisas estavam articuladas. Numa fase inicial, sobretudo na discussão teórica inicial, na investigação empírica também, tive a colaboração do Professor Souto González, que já era meu amigo. Ele fez o doutoramento na Espanha em Geografia Urbana e o fato de ser doutor dá-lhe estatuto acadêmico para, depois, ser tutor orientador de várias teses. A nível da Península Ibérica, claramente era o rosto da didática da Geografia. Há um professor luso-brasileiro, aposentado, mas que dá aulas na PUC do Rio de Janeiro, João Rua, que me deu uma indicação muito preciosa do ponto de vista metodológico, sobre como eu deveria fazer a análise empírica dos manuais.

ENTREVISTADORES: Conte-nos, qual foi a dica metodológica?

SÉRGIO CLAUDINO: João Rua disse que eu teria que fazer, por temas, quadros de síntese, sobre como os vários manuais abordavam diferentes assuntos, por exemplo, as divisões religiosas. O que é que aparecia em cada manual e, portanto, eu tinha que me basear numa

investigação empírica muito clara. No meu doutoramento, a minha investigação sobre os manuais é muito objetiva, tenho tabelas com a informação de base e depois faço os comentários. Há esse rigor da investigação empírica.

ENTREVISTADORES: Pode nos explicar melhor sobre os resultados identificados em sua pesquisa de doutoramento?

SÉRGIO CLAUDINO: Portugal tem um ensino da Geografia profundamente marcado pela construção do império, pela construção colonial: sendo Portugal uma metrópole colonial, há um papel que a Geografia tem que é o de preparar os alunos do império. E isso dá origem a ciclos muito contrastados, como não é frequente, por exemplo, em Espanha ou em França. Nós tivemos o mais antigo império colonial em África até 1975. E, portanto, há uma influência da leitura política do império, para além da influência da leitura mais acadêmica - obviamente, os paradigmas dominantes em Geografia também se fazem notar na produção escolar. Há uma mobilização da Geografia em momentos chave para a defesa do império, que nós não encontramos noutros sítios. Além disso, já agora, no pós-25 de Abril, após a Revolução de 74, nós somos um país de periferia da Europa e, por outro lado, um país virado para outros continentes. Há um ciclo político, que é iniciado com a adesão de Portugal à União Europeia, marcado por uma desvalorização do ensino do país e valorização da Europa. Por quê? Porque Portugal não tem problemas de identidade. Nós somos o mais antigo país da Europa. Temos fronteiras fixas desde 1297, cresce depois com os Açores e a Madeira. Não temos confronto entre regiões. Queremos que os portugueses se sintam europeus e, então, desvaloriza-se o ensino de Portugal e cria-se um ano inteiramente dedicado à Europa. Se há país onde é possível verificar como a disciplina de Geografia é uma disciplina ideológica é em Portugal, pelos momentos em que é valorizado o império. Mesmo no regime democrático atual, a valorização da Europa no ensino da Geografia foi superior à de outros países.

ENTREVISTADORES: Qual a sua visão sobre como os manuais portugueses tem uma representação, um diálogo com as ex-colônias, com os territórios, como visualiza essa temática? Na última semana analisámos um livro de Geografia elementar, de 1942. Ele tem um breve histórico de Portugal, mas ele tem sessões específicas de todas as ex-colônias ou colônias à época. Em 1942 ainda tinham. E algumas soam como uma reprodução de um genocídio, de um memoricídio sobre esses territórios. Tem um avanço hoje com a CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Como você avalia isso? Você tem alguma impressão desses livros, dos avanços, das rupturas com relação a esses países?

SÉRGIO CLAUDINO: Como disse, eu próprio fui estudante do Império. Ou seja, eu tinha

15 anos quando se deu o 25 de Abril de 1974. E nós tínhamos que estudar repetidamente o Império. Quando estava na escola primária, eu estudei Portugal, Angola…, estudava todos os territórios ultramarinos. Quando ingressávamos, naquilo que nós chamamos agora de segundo ciclo, 5º e 6º anos, tornávamos a estudar cada um dos territórios. Quando entrava no terceiro ciclo, tornava a estudar cada uma das antigas colónias... É preciso perceber que nós estamos a falar de um país em guerra e que manda a sua juventude para Angola, Moçambique, para a Guiné. E, portanto, para se mandar estes jovens, eles e as famílias tinham de estar convencidos que estavam a combater pelo seu país. Quando eu fazia o ensino médio, já não estudei Angola, Moçambique, etc, porque se deu o 25 de Abril e eu ingressei no ensino médio em 1974/75. Portanto, no percurso de um estudante que tivesse Geografia, eu estudaria quatro vezes Portugal e as suas colônias. Pronto. Era uma imagem simpática, em que se sublinhavam muitas produções, porque também era importante termos a noção de que eram territórios com riquezas. Isso fazia parte da riqueza nacional. Eu tinha dificuldade em distinguir as produções dos vários territórios, porque andava tudo à volta do café, do algodão, etc. Portugal lidou com dificuldade, na pós-independência, com a realidade das antigas colônias. Os programas de Geografia produzidos logo após o 25 de Abril, e que entram no final dos anos 70, ignoram completamente a CPLP. Por quê? Porque Portugal acabou de ter uma guerra com aqueles países. A Geografia está desconfortável com aqueles territórios. E quem chamou a atenção para isso numa ação de formação, numa escola, foi precisamente a professora Suzanne Daveau[2] - senhora que vem de França, com distanciamento, e que diz como os portugueses têm uma relação complicada, porque eram antigas colônias, agora países independentes, e não abordam. Nos anos 90, já se fala da comunidade dos países. Já temos o distanciamento de dois decénios, já nos sentimos à vontade. Eu penso que é uma grande riqueza nós termos um conjunto de países que têm uma mesma língua. É uma grande riqueza o Brasil poder dialogar com Timor-Leste e com Moçambique, etc., na sua própria língua. Aliás, eu acho extraordinário eu chegar ao Brasil e poder falar a minha língua sem fazer nenhum esforço, o que eu já não consigo fazer sequer em Espanha, e poder ler os cartazes. E é, com certeza, uma das razões por que tantos brasileiros vêm para Portugal. Eu aproveito para dizer o seguinte. Uma frustração, ou uma coisa por fazer (mas eu ainda tenho que fechar outras gavetas), um projeto que eu tive e que, de certa forma, foi adiado pelo Nós Propomos, é, precisamente, o fazer um encontro do ensino da Geografia dos países da língua portuguesa. Temos que pôr Angola, Moçambique, Guiné a falarem oficialmente. Eu sei que muitos colegas vão lá às universidades, fazem cursos, outros fazem manuais, mas eu acho

[2] Geógrafa franco-portuguesa, centenária, nasceu em 13 de julho de 1925 com uma grande contribuição e legado para os estudos geográficos. Em 2025 foi lançada a 2ª edição do "Atlas Suzanne Daveau". No âmbito do IGOT, inaugurou-se, em 2 de julho, a exposição: exposição "Suzanne Daveau 100 anos: Geógrafa e… não só!", com curadoria do Professor José Manuel Simões,que poderá ser visitada até 26 de setembro de 2025, no Espaço Arte do IGOT, em Lisboa. Disponível em: https://ceg.igot.ulisboa.pt/noticias/exposicao-no-igot-celebra-os-100-anos-da-geografa-suzanne-daveau

que há um espaço da lusofonia que deveria dialogar. Ainda bem que não avancei, não me comprometi, esse sonho passava agora por celebrar os 50 anos das independências: o 25 de abril ocorreu em 1974, mas as independências ocorreram em 75, tirando a Guiné-Bissau, que tinha proclamado a independência antes do 25 de abril. E esse ainda é um pequeno projeto pessoal. A imagem que eu tenho do que se fala de Angola, de Moçambique e outros países ex-colónias é a de que se fala muito superficialmente. Eu penso que aí funciona um bocado o complexo do colonizador, como já referi. Mas eu penso que nós temos que valorizar as várias dimensões que nos unem. O Brasil tem que valorizar a comunidade latino-americana, o Mercosul, com certeza, mas também é normal que valorize o espaço da comunidade lusófona. A CPLP é uma comunidade que deve começar a existir do ponto de vista do diálogo no ensino da Geografia e eu tenho essa frustração. Acho que o IGOT tinha a obrigação de ter desenvolvido essa dimensão e não o conseguiu fazer, também por culpa minha.

ENTREVISTADORES: Agora, o senhor poderia nos contar um pouco mais sobre a história do mestrado em ensino em Geografia do IGOT e sobre a sua atuação nessa área acadêmica?

SÉRGIO CLAUDINO: Na sequência da reforma do Processo de Bolonha, em Portugal, a formação de professores passa toda para nível de mestrado. Houve uma alteração profunda do sistema de ensino. Há um ciclo de três anos, equivalente mais ou menos à graduação, que é a licenciatura e, depois, dois anos de mestrado. O mestrado é o curso de formação profissional em Portugal. Nós temos tido colegas que fazem o mestrado numa área, depois fazem o doutoramento em Geografia, mas depois precisam de ter emprego no ensino básico e secundário. Só com o mestrado em ensino é que eles ficam categorizados para ensinarem. Com o processo de Bolonha, em 2007, foi aprovado o novo regime jurídico da formação inicial de professores. É criado, nesse âmbito, um mestrado em Ensino de História e Geografia. A novidade era a integração dessas duas áreas. Isso significava uma desvalorização tanto da História como da Geografia e, na prática, temos uma leitura neoliberal de desvalorização da formação em Ciências Sociais. Para que é que estamos a perder muito tempo com disciplinas que fazem pensar as pessoas? Sou contrário a isto. Então, os licenciados em História, com três anos de História, tinham de fazer uma formação mínima de menos de um ano em Geografia e os licenciados em Geografia tinham de fazer uma formação mínima em História para poderem tornar-se professores de História e Geografia. É evidente que isto era preparar o caminho para um dia dizerem "Nós vamos integrar as disciplinas de História e Geografia" e, portanto, em vez de se ter uma disciplina de História e uma de Geografia, ter-se-iam as duas integradas a partir deste movimento. Em 2011, lancei um abaixo-assinado nacional contra esta integração da formação inicial, com o argumento de que os professores teriam uma má formação, ou seja, um licenciado em História, que tivesse uma pequena formação em Geografia, nunca poderia ser um bom professor de Geografia e vice-versa. Foi

lançado com mais colegas e depois tivemos contatos com as associações socioprofissionais de Geografia e História que existem em Portugal. Contatei a Associação de Professores de Geografia[3], a Associação de Professores de História[4], a Associação Portuguesa de Geógrafos[5] e, mais tarde, a Associação Insular de Geografia[6]. Estas associações colaboraram na recolha de assinaturas para uma petição que foi apresentada na Assembleia da República. Claramente, nós assumimos o processo como político. Isso levou a que os grupos parlamentares se tivessem detido sobre o assunto. O Ministério da Educação, internamente, começou a pedir parecer sobre a situação. Houve uma atividade de *lobbying* que se deveu, sobretudo, à Associação de Professores de História. E, de fato, em 2014, pelo Decreto-Lei nº 79/2014, de 14 de maio, foi publicada uma reforma da formação inicial de professores e é criado o Mestrado em Ensino de História e o Mestrado em Ensino de Geografia. Por isso eu digo, meio a brincar, meio a sério, de que sou um bocadinho "pai" do Mestrado em Ensino de Geografia. No IGOT, a então presidente me convida para a coordenação do Mestrado em Ensino de Geografia.

ENTREVISTADORES: Hoje, em Portugal, são quantos mestrados em Ensino de Geografia?

SÉRGIO CLAUDINO: Neste momento existem três Mestrados em Ensino de Geografia. Um aqui no IGOT, na Universidade de Lisboa, outro na Universidade de Coimbra e um terceiro na Universidade do Porto. Cursos que são aprovados pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, que atenta particularmente até à formação dos professores, aos responsáveis que estão na formação de professores.

ENTREVISTADORES: O senhor acredita que faltam candidatos para esses mestrados em ensino de Geografia? Ou não?

SÉRGIO CLAUDINO: Neste momento, há muitos candidatos para o mestrado em ensino de Geografia, como para outros mestrados em ensino, porque é público que quem frequentar o Mestrado em Ensino de Geografia tem trabalho assegurado. Em Portugal, quando se frequenta um curso de formação de professores, a prática, a tradição, com poucas exceções, é que as pessoas vão ser professores. Aqui no IGOT, por cada três candidatos, ingressa uma pessoa. Portanto, não há falta de candidatos. Mas eu quero dizer que a interrupção de cursos de mestrado em Ensino de Geografia em várias universidades significa que a área de investigação em ensino é uma área periférica da academia. E em geral, a nível internacional, no Brasil, em França, em Espanha, também é uma área

[3] Sugere-se consultar a APOGEO: Revista da Associação de Professores de Geografia, cuja constituição da associação data de 19 de outubro de 1987, disponível em: https://www.aprofgeo.org/wp/
[4] Ver: https://aph.pt/
[5] Ver: https://www.apgeo.pt/
[6] Ver: https://aigmadeira.pt/

desvalorizada.

ENTREVISTADORES: Ao longo de sua carreira, o senhor vem construindo o conceito de cidadania territorial. Poderia explorá-lo? Falar sobre sua relevância para o ensino de Geografia?

SÉRGIO CLAUDINO: O conceito de cidadania territorial surge no contexto do Projeto Nós Propomos!, que é um projeto assumidamente de cidadania. Eu senti necessidade de dizer que nós éramos um projeto de cidadania, mas de uma cidadania aplicada à Geografia. E como eu entendo que a Geografia é a ciência que estuda as sociedades nos territórios, e como o conceito de território é um conceito que me parece particularmente rico, porque o território é, simultaneamente, um espaço de poder, um espaço de dominação, mas é também um espaço de transformação, de construção por uma sociedade, de identidade, pareceu-me adequado "cidadania territorial". Nós falamos muito da identidade territorial e de que um dos componentes de cada pessoa é a sua identidade territorial. Se a pessoa não estiver bem no território, não estiver identificada com o território em que habita, ela também não se sente feliz naquele território. Então, eu precisava criar, no sentido de a cidadania aplicada à Geografia, e assim surgiu este conceito. *O que é cidadania territorial?* Do meu ponto de vista, é o compromisso sério que cada um de nós tem e deve ter na construção da nossa comunidade, o compromisso na participação da resolução dos problemas de base, em espacial à diferentes escalas. Ou seja, a **cidadania territorial** é basicamente dizer que cada um de nós deve participar de forma consciente na melhoria das condições de vida da nossa comunidade[7]. Claramente, há uma valorização da escala local, até porque o Nós Propomos! tem muito uma vocação local, mas naturalmente não pode esquecer as restantes escalas que a enquadram. Este compromisso de cidadania territorial, que eu penso dever existir a nível dos indivíduos, também pode ser um compromisso das instituições. Uma escola também deve ter um compromisso de cidadania territorial com a sua comunidade. Portanto, eu na primeira definição falei deste compromisso, no compromisso que um jovem deve ter ou que as pessoas devem ter na resolução de problemas de base espacial. Porque é que eu digo que é base espacial? Porque se eu disser que há um problema de ordem mais psicológica, também é um problema, mas eventualmente fora do âmbito da Geografia. A Geografia tem uma base espacial. Assim, e em síntese, eu diria que a **cidadania territorial é o compromisso que as pessoas e as instituições devem ter na resolução de problemas comunitários de base espacial**.

ENTREVISTADORES: Emendando, a próxima pergunta é justamente sobre o Nós Propomos! Como o Projeto surge nesse contexto? E, no contexto do IGOT, que também foi citado, porque de certa forma o IGOT, além de ter o respaldo institucional, ele acolhe, não sei quanto ao financiamento, mas se você puder avaliar um pouco dessa expansão para além de Portugal, porque é

[7] Ver: Claudino (2014) e Andreis, Copetti e Claudino (2023).

uma marca disso, do programa, da proposta.

SÉRGIO CLAUDINO: O Projeto Nós Propomos! surge porque eu trabalho com escolas, com o currículo ou, melhor, trabalhava com o currículo na formação de professores. Em 2001, apareceu nos programas do ensino médio uma obrigatoriedade da realização de estudo de caso. O que é que eu fui verificando ao longo dos anos? Que esse estudo de caso, que seria basicamente à escala local, não era implementado nas escolas. E eu próprio, em 2003, fiz parte de um conselho consultivo dos exames em Portugal e sugeri, defendi, que os alunos fossem avaliados em relação ao estudo de caso. Por quê? Eu tinha a noção de que se não viesse nos exames isso não seria implementado. E, do meu ponto de vista, a universidade tem uma obrigação que não se esgota na formação dos professores, que é também a de dinamizar o próprio ensino da Geografia, como noutras áreas a universidade tem a obrigação de contribuir para a dinamização de outras atividades. Então, em 2011/12, foi iniciado o Projeto Nós Propomos! com dois grandes pilares: promover um ensino mais centrado em temáticas ativas e contribuir para que as populações participem, uma lógica de governança, portanto, colocar os jovens, as populações, a discutirem o seu território. E isto tem eminentemente a ver com o IGOT. Nós saímos da Faculdade de Letras, éramos o Departamento de Geografia e tornámo-nos numa escola de Geografia autónoma e numa escola que se chama Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Portanto, a finalidade é dinamizar o ensino da Geografia e trazer este para a participação pública. O projeto cresceu, cresceu com o trabalho. A minha vida, se me é permitido, a nível pessoal, alterou-se radicalmente. E mesmo a própria investigação sobre o ensino da Geografia, que eu gosto tanto de fazer, deixei de fazer ou alterou-se, será mais correto dizer. O projeto internacionalizou-se, na realidade, no Brasil. Ele foi implementado por uma colega que fez cá o doutorado sanduíche, a Sandra Mendonça, que esteve cá, comigo, e começou a dizer "Eu poderia implementar no Brasil". Ela esteve em 2011. Depois, há um colega, João Bazolli, da Universidade Federal do Tocantins, e que diz "Eu trabalho muito em participação pública e eu gostaria de levar". E o Projeto foi implementado, pela primeira vez, no Brasil, em 2014, pela minha colega Sandra. João Bazolli leva e dá-lhe grande dimensão, depois, no Tocantins. Eu faço um projeto tão simples quanto é possível, que é os alunos olharem para a sua comunidade, identificarem problemas, recolherem informação sobre o mesmo, apresentarem propostas de resolução desses problemas. Por exemplo, se nós temos ali um terreno que está no meio da cidade, que está abandonado, que é uma lixeira, o que é que podemos fazer? Para que é que esse terreno pode servir? E eles olham e dizem "Podemos fazer aqui um campo de jogos". E fazem essa proposta. Mais ou menos isso.

ENTREVISTADORES: Hoje o Projeto está em quantos países?

SÉRGIO CLAUDINO: Hoje está em Portugal, está em Espanha e, este ano, foi implementado em Timor-Leste. Está em Moçambique, mas já tinha sido implementado antes no Laos. O Brasil é a grande pátria do Nós Propomos! O projeto está na Colômbia, no México e no Peru, mas com menor dinamismo ou um funcionamento mais intermitente. Penso que há uma aposta agora a fazer: redinamizar o Projeto nestes países. É, para todos os efeitos, o projeto internacional de ensino experimental de Geografia com maior dimensão.

ENTREVISTADORES: A nível internacional, o Brasil é o país com maior duração?

SÉRGIO CLAUDINO: Maior duração e maior dimensão. Eu irei agora a uma conferência da EUROGEO, da Associação Europeia de Geografia, na Macedônia do Norte, e vou, certamente, constatar aquilo que eu tenho constatado noutras conferências internacionais: não há um projeto internacional como o Nós Propomos! Nós, na realidade, temos trazido os alunos para a rua, colocado os mesmos a trabalhar etc. Em alguns locais e em algumas universidades, quando me dizem "Nós estamos a fazer o Nós Propomos", do meu ponto de vista, eu tenho alguma autocensura, pois aquilo parece-me pouco mais do que fazer uma visita de estudo para ver os problemas locais. Mas, pelo menos, se o Projeto ajudou a trazermos os alunos para a rua, para olharem os problemas, olharem criticamente, já é muito.

ENTREVISTADORES: Tem alguma estimativa do número de cidades e escolas participando do Projeto em Portugal?

SÉRGIO CLAUDINO: Temos tido nos últimos anos por volta de 60 escolas. Tivemos, no primeiro ano, por volta de 400 alunos e nos últimos anos cerca de 3 mil alunos inscritos. Depois, a participar diretamente aqui no seminário final, porque depois também temos os alunos que participam online, teremos aí uns 1.500. Há sempre uma quebra. De qualquer das formas, nós temos tido por ano cerca de 300 ou mais projetos finalizados, o que é muito. Uma alteração qualitativa, ainda se me é permitido, do Projeto Nós Propomos!: ele surgiu no ensino médio, precisamente porque havia o estudo de caso, mas ele ter se alargado ao ensino fundamental. Nós tivemos desde 2013/14, o projeto no ensino fundamental 1, com crianças mais pequenas, e, entretanto, com o ensino fundamental 2, portanto, alguns alunos entre os 11 e os 15 anos.

ENTREVISTADORES: Após sua aposentadoria, quais são as expectativas com relação ao Projeto Nós Propomos!, e desafios também?

SÉRGIO CLAUDINO: Com a minha aposentação, há uma nova colega, que é a professora Ana Louro, que é a nova coordenadora do Projeto Nós Propomos! E, digamos, o meu desafio também

é um bocadinho o de ir fazendo uma transição suave. O IGOT convidou-me para continuar a fazer parte da comissão de coordenação do Projeto Nós Propomos! Este ano ainda fui a diversas escolas, sempre que fui contactado, mas, obviamente, é sempre uma preocupação. Frequentemente, os projetos são desenvolvidos por fundações, que têm verbas, que oferecem às pessoas, ou aos professores, um fim de semana no hotel, que oferecem verbas para as escolas. E nós, na realidade, não oferecemos isso. Não temos dinheiro para oferecer. E, portanto, pronto, eu preocupo-me um bocado, mas a ideia é tentar dar continuidade ao Projeto Nós Propomos!

ENTREVISTADORES: Há uma perspectiva de expansão para novos países ou consolidar nesses?

SÉRGIO CLAUDINO: Eu penso que é muito importante o contato com a rede internacional e, portanto, tenho mantido esse contacto. Também no sentido de não haver descontinuidades, no Brasil, em 2026, vai-se realizar o 4º Congresso Internacional Nós Propomos!, organizado pelo professor Raimundo Lenilde - UFPI, embaixador do Projeto no Brasil. Do meu ponto de vista, o ideal era expandir também para outros países e, em certa forma, onde é que eu sinto frustração? Eu ainda ando a orientar teses etc., herdadas do período de atividade. Ou seja, ainda não tive o tempo que eu gostaria de ter para marcar reuniões com colegas para tentar dinamizar o Projeto noutros locais. designadamente no Brasil. Eu acho que um projeto é sempre uma construção pessoal, de cumplicidades e de proximidade. Ou seja, o aposentado Sérgio Claudino, ainda se sente pouco aposentado e ainda não sentiu essa disponibilidade total. De qualquer das formas, eu no próximo ano irei ao Brasil e penso que aí estarei cerca de dois meses.

ENTREVISTADORES: Como o senhor avalia o papel e a contribuição da Associação Portuguesa de Geógrafos, como ela vem contribuindo para essa formação continuada dos professores, tem essa relação, como é?

SÉRGIO CLAUDINO: Eu já fiz parte dos corpos sociais da Associação Portuguesa de Geógrafos (APG). Portanto, há uma relação também afetiva. Eu penso que a APG tem um papel que é importante, de afirmação da Geografia portuguesa na sociedade civil, também no diálogo com o governo sobre a categoria. Eu tenho um balanço positivo e acho que as associações socioprofissionais são mesmo muito importantes enquanto entidades de pressão e de afirmação institucional na sociedade portuguesa e de união dos geógrafos de várias universidades. Não é por acaso que a direção da Associação Portuguesa de Geógrafos integra, habitualmente, geógrafos de várias universidades. No mesmo ano, 1987, em que se fundou a Associação Portuguesa de Geógrafos, fundou-se a Associação de Professores de Geografia. O projeto inicial, era de haver uma associação única. Na prática, a

Associação de Geógrafos tem como membros os professores universitários e técnicos do planejamento e a Associação de Professores de Geografia tem como afiliados os professores do ensino básico e secundário. A Associação de Professores de Geografia também constitui uma associação relevante para a afirmação da Geografia no ensino. Qual é, do meu ponto de vista, a interpretação do fato de haver uma associação portuguesa de geógrafos e de uma associação de professores de Geografia? Os professores do ensino fundamental e médio têm, em Portugal, um estatuto socioprofissional superior àquele que têm no Brasil. E isto também decorre de uma circunstância eminentemente geográfica, que é: em Portugal, todos os professores de Geografia do ensino público são funcionários do Ministério da Educação. E têm uma grande união por via disso, um maior poder de reivindicação. Os professores do ensino básico e secundário, de uma forma geral, têm uma capacidade reivindicativa muito grande em Portugal, por comparação ao Brasil. No Brasil os professores estão fragmentados em funcionários do município, funcionários do estado, funcionários da Federação. E essa divisão fragmenta a capacidade reivindicativa. Em Portugal, claramente, os professores têm ajudado a derrubar governos, a retirar a maioria absoluta a governos. Isto dito, o fato de existir uma associação de professores de Geografia, que é forte, revela a tradição de uma classe, de uma associação distinta da Associação Portuguesa de Geógrafos. Também revela, obviamente, uma outra coisa: o divórcio entre o ensino superior e o ensino básico e secundário, ou seja, os professores do ensino básico e secundário disseram "não" a estarem numa mesma associação com os professores do ensino superior, com certeza receando serem absorvidos, perderem poder específico, se estivessem juntos.

ENTREVISTADORES: Estivemos em um evento na Universidade de Évora[8], em 25 de fevereiro deste ano, em Évora. havia de 40 a 50 estudantes de graduação, e um dos palestrantes fez uma pergunta, "quais gostariam de seguir como professores de Geografia?". E, para a surpresa da plenária, três levantaram a mão. Quer dizer, todos os outros presentes queriam seguir para a investigação científica. Então, na sua concepção, na sua trajetória, como encarar essa crise, essa ausência de professores? Qual é o caminho que seria possível perante as políticas em Portugal?

SÉRGIO CLAUDINO: A Universidade de Évora não tem formação de professores. E eu percebo, de repente, que a generalidade dos alunos (mas eu estou admirado com esse número, sou sincero) pensem "eu gostaria de ser investigador de Geografia". Agora, já falámos disso anteriormente, os cursos de formação de professores de Geografia estão a ter um número de candidaturas muito elevado, provavelmente por uma questão de pragmatismo: quando acabam os cursos de Geografia, não percebem que possam trabalhar na investigação e percebem que têm um emprego garantido como professores. Portanto, para já, não há uma crise. Os mestrados em ensino

[8] 20 anos do curso de Geografia na Universidade de Évora, disponível em: https://www.uevora.pt/ue-media/noticias?item=42714

estão a ter um número de candidatos muito superior ao número de vagas, o que significa que ser professor não é, para um jovem de 19 anos, uma atividade que ele considere apelativa. E isso significa que há uma má imagem do que é ser professor e que eles viveram. Mas, de qualquer das formas, há uma crise. Eles, não há tantos anos assim, foram alunos da disciplina de Geografia, no ensino fundamental e médio, e agora não querem ser. E isso significa que a imagem do que é ser professor de Geografia, mesmo para eles que foram tirar o curso de Geografia, não é assim tão positiva. E isto quer dizer que o ensino da Geografia tem de mudar. É a leitura que eu faço.

ENTREVISTADORES: Mas na outra ponta tem uma leitura, uma conotação direta com a remuneração, salários desses...

SÉRGIO CLAUDINO: Tem a ver com a remuneração, com os salários, com certeza. Mas repare, eles se forem para outras profissões, como técnicos e como técnicos superiores, não ganham muito mais do que ganham como professores do ensino básico e secundário. Um professor do ensino básico e secundário termina a carreira, neste momento, a ganhar cerca de 2 mil euros. Aliás, não há uma diferença tão grande entre os ordenados do ensino básico e secundário e do ensino superior. Eu próprio fiz contacto com antigos alunos para se candidatarem à universidade e eles a disseram que não queriam ir para o ensino superior porque achavam que perderiam independência e que também não é compensatório, do ponto de vista financeiro.

ENTREVISTADORES: Como avalia a pós-graduação em Geografia no Brasil? E, agora, a sua atuação com o professor colaborador na Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA)?

SÉRGIO CLAUDINO: Eu, se calhar, sou suspeito, até porque como vou sendo convidado pelas várias universidades pela pós-graduação, eu tenho uma imagem muito simpática e positiva da pós-graduação, que quer abrir e quer trazer para os seus cursos até a colaboração de outros professores. Aqui, em Portugal, existe mais a figura do profissional, que está a tempo inteiro. No Brasil, eu percebo que muitos dos estudantes vêm a correr dos seus empregos, deram não sei quantas aulas e estão ali, às vezes ao fim do dia, a fechar os olhos, com sono. E, portanto, eu tenho uma imagem de estudantes da pós-graduação sofridos, neste sentido do esforço que estão a fazer. E fico frequentemente impressionado quando estou em encontros e as coisas no Brasil, prolongam-se pelo fim da tarde. Há sessões à noite. Eu às vezes penso: não vai haver público, não vai aparecer ninguém, e depois enchem-se os auditórios com pessoas que tiveram a trabalhar durante o dia. Portanto, eu quero dizer que tenho uma imagem de gente que faz um grande sacrifício para frequentar a pós-graduação e que vem com ar cansado, mas vem. Isto não é crítica nenhuma, é um elogio. É no Brasil que eu aprendi a dar significado à palavra que vem escrita do mapa de 1507, de Matin Waldseemuller, “Novo Mundo”.

Ou seja, de alguém que está em construção e que faz um grande esforço. Depois, é muito simpático o convite da UVA para eu ser um professor colaborador. Eu fico sempre um bocadinho ali com medo de não conseguir corresponder às expectativas. Digamos que há um caderno de atividades muito grande, mas é obviamente um convite muito simpático e eu nunca poderia dizer que não à Professora Glauciana Teles. Mas deixem-me completar a imagem das pessoas que vêm a correr de vários sítios. Em Portugal, há mais o estudante que só está no mestrado, embora também vários trabalhem. No Brasil são frequentes pessoas que estão a trabalhar durante o dia inteiro e que depois são estudantes.

ENTREVISTADORES: Por fim, gostaríamos que mandasse uma mensagem final para as professoras e professores de Geografia que constroem as muitas geografias no Brasil.

SÉRGIO CLAUDINO: A primeira mensagem que eu gostaria de dar aos colegas brasileiros é uma mensagem de agradecimento pessoal, visto que o Brasil, e os colegas brasileiros, têm tido uma relação de grande abertura em relação à Geografia portuguesa e em relação a mim, em particular, designadamente através do Projeto Nós Propomos!. E não posso deixar de sublinhar que fico muito gratificado pela adesão que o Projeto, surgido em Portugal, tem tido no Brasil. Como devem imaginar, mesmo que eu não o diga, eu fico frequentemente emocionado quando chego ao Brasil e vejo as camisetas do Nós Propomos!. E tenho tido momentos de grande emoção. Em segundo lugar, eu gostaria de pegar num exemplo que dei, de como nós invertemos a desvalorização do ensino da Geografia, da criação do Mestrado em Ensino de História e Geografia, pela luta política e pela luta pública. Eu penso que os colegas do Brasil têm também de assumir, têm de ter presente que a defesa da sua disciplina e a defesa da aprendizagem da Geografia que nós queremos, que é útil, faz-se também no campo político e temos aqui um bom exemplo que é o exemplo português. Depois, a terceira e última mensagem é a de que nós, os geógrafos, e nós, profissionais de ensino, temos muito o hábito de nos queixarmos de que a nossa disciplina não é devidamente reconhecida. Ora, o processo tem de ser ao contrário. Nós é que temos que ter uma disciplina dinâmica e útil aos cidadãos. E se nós tivermos, e quando temos, a disciplina é reconhecida. Temos que fazer uma disciplina de Geografia mais viva e, eu penso que o Projeto Nós Propomos! é uma das vias, mas não é a única. Eu dizia que iam três, mas vai uma quarta nota, no fundo vão ser duas notas, portanto uma quarta e uma quinta. Não é admissível que o Brasil não tenha representação na Comissão de Educação Geográfica da União Geográfica Internacional[9]. Não é a primeira vez que o digo, mas o Brasil é uma grande potência do ensino da Geografia. Em poucos países a Geografia tem o peso que tem no Brasil em todos os ciclos de ensino. E o Brasil é um país de assinaláveis dimensões. Portugal já teve representantes na Comissão de Educação Geográfica da UGI, o Brasil nunca teve. E isso não é possível. As comissões também

[9] Sobre esse contexto, indicamos a leitura da Carta Internacional da Educação Geográfica de 1992, disponível em: https://www.igu-cge.org/wp-content/uploads/2018/02/15.-Portuguese.pdf

devem refletir a relevância que têm os países e, portanto, há um desafio de internacionalização e de presença na internacionalização que passa por uma presença do Brasil. Isto não se deve só a um dos lados, eu penso também que a culpa também é um bocadinho do Brasil. Eu estou-me a lembrar da primeira Carta Internacional da Educação Geográfica, em que vinha lá na lista o nome de dois colegas brasileiros que deveriam divulgar e debater a Carta no Brasil. Quando chego ao Brasil, falo da carta e ninguém a conhece. O Brasil tem de reivindicar presença na Comissão de Educação Geográfica da UGI. E isto eu quero deixar aqui dito. Por último, e vem a propósito um bocadinho do que falámos, eu penso que há um espaço, há uma comunidade de países de língua portuguesa e penso que é importante nós construirmos essa comunidade. Aliás, o Museu da Língua Portuguesa está em São Paulo e, portanto, há aqui também uma responsabilidade da Geografia contribuir para a construção da CPLP no âmbito do ensino da Geografia. E, por último, agradecer muito a vossa entrevista. É sempre um sinal de grande simpatia e de diferença. Muito obrigado!

Figuras 2 e 3: Prof. Sérgio Claudino em atividades nas escolas secundárias em Portugal





Fonte: EPN, 2024.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Andreis, Adriana Maria, Callai, Helena Copetti., & Claudino, Sergio. Entrevista com o Prof. Dr. Sergio Claudino: a cidadania territorial – um conceito para aprender Geografia. *Revista Signos Geográficos*, 2023, 5, 1–12. Recuperado de https://revistas.ufg.br/signos/article/view/76450

Claudino, Sérgio. Educação Geográfica, Trabalho de Campo e Cidadania. O Projeto Nós Propomos! in Feliciano H. Veiga (Coord.) *O Ensino na Escola de Hoje*. Teoria, Investigação e Aplicação. Lisboa: Climepsi Editores, 2018, p. 265-303.

Claudino, Sérgio.; Souto, X. M. Souto & Araya Palacios, F. Los Problemas Socio-Ambientales en Geografía: una Lectura Iberoamericana. *Revista Lusófona de Educação*, 2018, 39, p. 55-72.

Claudino, Sérgio. Projeto Nós Propomos!: tentar mudar a educação em pequenos passos. In Rafael Sebastiá Alcaraz, Emilia María Tonda Monllor (Eds.) *Investigar para innovar en la enseñanza de la geografía*, Grupo de Didáctica de la Geografía, Associación de Geógrafos Españoles, CEE Limencopt, Alicante, 2015, p. 663-670.

Claudino, Sérgio; Gonzales, Xosé M. S.; Tonini, Ivaine M. Mudanças e continuidades nos livros didáticos de Geografia: uma análise comparativa em Brasil, Espanha e Portugal. *Revista Terra Livre*, 2015, v. 2, p. 31-61.

Claudino, Sérgio. Escola, Educação Geográfica e Cidadania Territorial. *Scripta Nova* Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, XVIII, 496 (09), 1

de diciembre de 2014, Universidad de Barcelona, 10 p.

Claudino, Sérgio. Escola, educação geográfica e cidadania territorial. *Scripta Nova* (Barcelona), 2014, v. XVIII, p. 1-10.

Claudino, Sérgio. O Brasil é independente? Geografia e ideologia no primeiro manual escolar do liberalismo português. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, 2014, vol. 4, nº 8, p. 113-129.

Claudino, Sérgio. As representações do mundo rural nos programas e manuais de Geografia**.** *O Rural Plural:* olhar o presente, imaginar o futuro. 1ed.:, 2011, v. 1, p. 483-494.

Claudino, Sérgio. Teaching Geography in Portugal: Going back to the future. *Review Problems of Education in the 21st Century*, 2011, vol. 27, nº 27, p. 30-38.

Claudino, Sérgio. Portugal peninsular e os desafios regionais. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 2006, vol. XLI, nº 81, p. 105-120.

Claudino, Sérgio *Portugal através dos manuais escolares de Geografia. Século XIX. As imagens intencionais.* Tese (Doutorado em Geografia Humana). Lisboa: Universidade de Lisboa. 2001.

SOBRE OS AUTORES

Éliton Paulo Novais - Doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de pesquisa Ensino de Geografia; mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá e bacharel em Relações Públicas pela Faculdade do Norte Novo de Apucarana. Atualmente, é Técnico Administrativo em Educação, ocupando o cargo de Relações Públicas na Universidade Federal da Fronteira Sul.

E-mail: eliton.nvais@gmail.com

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira - Doutor em Geografia Humana – USP. Professor do Departamento de Geociências, PPGEO e PPGDS – Universidade Estadual de Montes Claros. Investigador do CICS.NOVA (Universidade Nova de Lisboa). Bolsista Pós-doutorado - FAPEMIG. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários/NEPRA-Unimontes.

E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

Sonara da Silva de Souza - Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, com estágio de doutoramento no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, Edital nº 06/2024, da CAPES. Professora de Geografia e de Anos Iniciais na Prefeitura Municipal de Serrana-SP, Brasil.

E-mail: profa.sonara@usp.br

Data de submissão: 24 de setembro de 2025

Aceito para publicação: 15 de dezembro de 2025

Data de publicação: 31 de dezembro de 2025